

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 de 2

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.418.034,12	5.853.546,96	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.198.273,92	10.150.194,77
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>315,52</u>	<u>97.704,33</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>5.323.371,10</u>	<u>4.318.651,90</u>
<u>VINCULADO</u>	<u>6.417.718,60</u>	<u>5.755.842,63</u>	<u>VINCULADO</u>	<u>5.874.902,82</u>	<u>5.831.542,87</u>
AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	210.612,71	0,00	AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	210.120,45	0,00
EMENDA PARLAMENTAR - SAÚDE	845.663,00	0,00	EMENDA PARLAMENTAR - SAÚDE	481.592,00	0,00
GESTÃO SUS	12.000,00	0,00	RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	236.855,18	0,00
OUTROS RECURSOS DO SUS	42.217,87	0,00	RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	318.095,19	0,00
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	13.996,76	0,00	RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	168.034,13	0,00
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	146.619,52	0,00	RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.945,04	0,00
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	552.802,58	0,00	RECURSOS DE CONVENIOS	68.800,00	0,00
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	255.711,03	0,00	RECURSOS DO MAC - CEO	55.659,82	0,00
RECURSOS DO MAC - SAMU	157.500,00	0,00	RECURSOS DO MAC - SAMU	158.289,01	0,00
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	777.133,67	0,00	RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	810.151,71	0,00
RECURSOS DO NASF	261.786,58	0,00	RECURSOS DO NASF	153.583,77	0,00
RECURSOS DO PAB	1.050.328,77	0,00	RECURSOS DO PAB	1.109.967,88	0,00
RECURSOS DO PACS	520.184,12	0,00	RECURSOS DO PACS	767.181,53	0,00
RECURSOS DO PMAQ	817.713,00	0,00	RECURSOS DO PMAQ	586.515,01	0,00
RECURSOS DO PSF	753.448,99	0,00	RECURSOS DO PSF	737.112,10	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.407.232,25	4.782.867,86	VINCULADO	0,00	5.831.542,87
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>5.407.232,25</u>	<u>4.782.867,86</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.485.607,87	1.304.613,95
REPASSE RECEBIDO	5.407.232,25	4.782.867,86	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>299.277,75</u>	<u>229.890,27</u>
EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.757.447,91	1.442.867,31	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	19.242,60	0,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>554.096,60</u>	<u>319.478,11</u>	RP PROCESSADOS PAGOS	280.035,15	229.890,27
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	211.366,00	19.702,60	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.122.290,56</u>	<u>1.019.459,16</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	342.730,60	299.775,51	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	229.629,83	214.221,75
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>1.144.430,96</u>	<u>1.083.575,70</u>	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	233.017,11	244.100,96
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	244.036,54	231.161,80	ISS	667,40	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	249.708,99	249.513,06	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.905,02	0,00
ISS	675,20	3.915,13	PENSÃO ALIMENTÍCIA	23.150,16	17.863,20
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.947,02	0,00	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	310.929,58	257.256,35
PENSÃO ALIMENTÍCIA	23.161,74	17.863,20	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	299.907,26	253.708,79
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	310.179,36	281.548,69	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	23.084,20	32.308,13
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	291.656,51	264.762,62	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>64.039,56</u>	<u>55.264,52</u>

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



2 de 2

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	23.065,60	34.811,20	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	13.320,06	16.188,07
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>58.920,35</u>	<u>39.813,50</u>	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	50.719,50	28.660,51
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	13.840,75	14.504,37	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	10.415,94
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	45.079,60	25.309,13	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	3.408.058,42	2.509.225,93
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	2.509.225,93	1.884.752,52	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>175,44</u>
<u>CAIXA</u>	<u>175,44</u>	<u>0,00</u>	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>3.211.403,30</u>	<u>2.242.283,20</u>
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>2.361.616,48</u>	<u>1.736.720,20</u>	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>196.655,12</u>	<u>266.767,29</u>
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>147.434,01</u>	<u>148.032,32</u>	TOTAL	16.091.940,21	13.964.034,65
TOTAL	16.091.940,21	13.964.034,65			

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://e3ce.tee.pe.gov.br/epi/yajid/Doc:seam Código do documento: 2827973a-e847-48ee-959c-4e6b7d3985a

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área de Saúde Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 600/1991, o Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.366.609/0001-03, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de Condado integram a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;





Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.
Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não



pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2017, não processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:





INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.418.034,12	39,88%
<u>ORDINÁRIO</u>	315,52	0,00%
<u>VINCULADO</u>	6.417.718,60	39,88%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	6.417.718,60	39,88%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	5.407.232,25	33,60%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.757.447,91	10,92%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.509.225,93	15,59%
TOTAL	16.091.940,21	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 6.418.034,12, equivalente a 39,88% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 315,52, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.198.273,92	69,59%
<u>ORDINÁRIO</u>	5.323.371,10	33,08%
<u>VINCULADO</u>	5.874.902,82	36,51%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	5.874.902,82	36,51%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.485.607,87	9,23%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.408.058,42	21,18%
TOTAL	16.091.940,21	100,00%

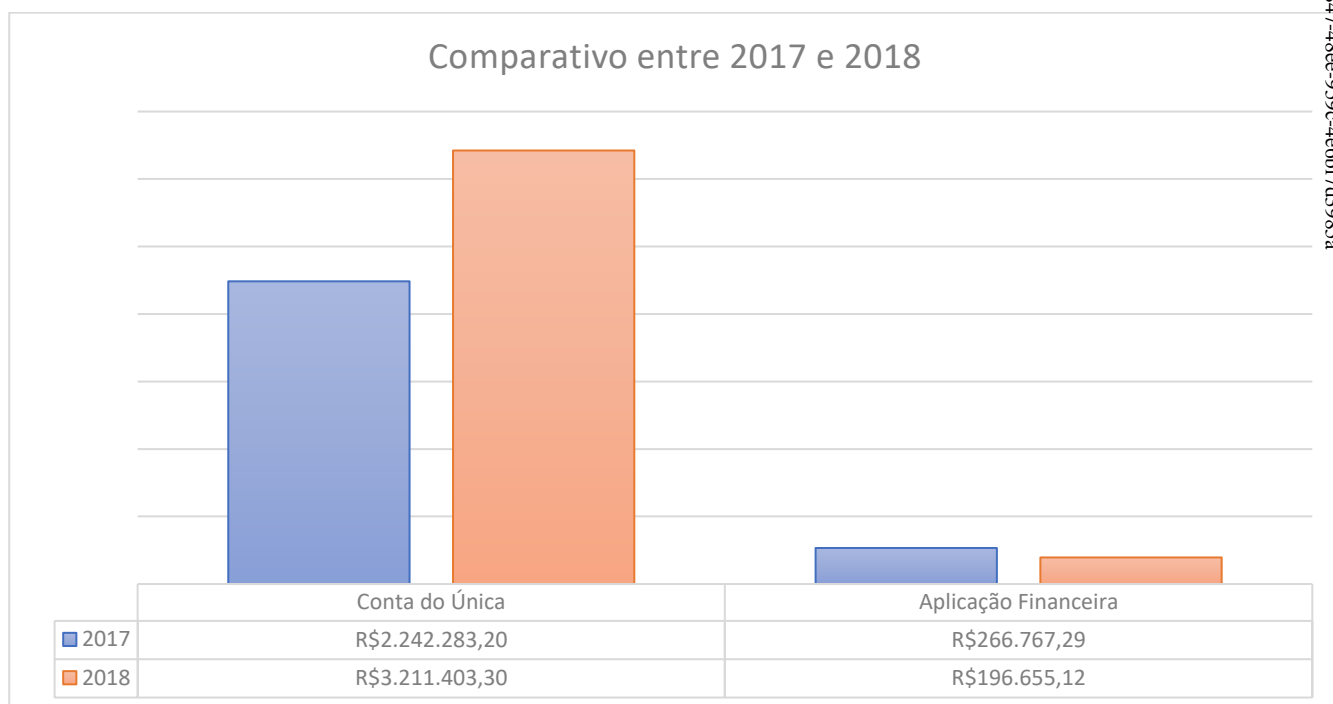


A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 11.198.273,92, equivalente a 69,59% do total, no que tange Despesas vinculadas destinadas ao Fundo Municipal de Saúde de Condado.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 de 2

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.341.800,68	13.919.496,26	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17.860.310,61	17.509.004,44
<u>ORDINÁRIO</u>	6.854,05	57,83	<u>ORDINÁRIO</u>	5.131.404,56	4.716.431,08
<u>VINCULADO</u>	14.334.946,63	13.919.438,43	<u>VINCULADO</u>	12.728.906,05	12.792.573,36
AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	126.367,62	0,00	AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	109.585,00	0,00
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	1.415.179,16	0,00	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	110.667,47	0,00
FUNDEB 40%	1.476.518,85	0,00	FUNDEB 40%	2.420.904,12	0,00
FUNDEB 60%	10.212.718,70	12.806.028,78	FUNDEB 60%	9.093.909,26	11.881.021,03
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - TRANSPORTE ESCOLAR	5.717,83	0,00	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - TRANSPORTE ESCOLAR	20.824,60	0,00
RECURSO DO CAMINHO DA ESCOLA	11.318,57	0,00	RECURSO DE CONVÊNIO	143.015,69	0,00
RECURSO DO PNAE	368.258,27	0,00	RECURSO DO PNAE	353.050,38	0,00
RECURSO DO PNATE	51.811,66	0,00	RECURSO DO PNATE	66.333,47	0,00
RECURSO DO QSE	643.876,51	603.701,18	RECURSO DO QSE	410.616,06	396.286,29
RECURSOS VINCULADOS à EDUCAÇÃO	0,00	509.708,47	RECURSOS VINCULADOS à EDUCAÇÃO	0,00	515.266,02
RENDIMENTOS DE PROGRAMAS DO ENSINO	23.179,46	0,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.763.632,48	3.297.259,87
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.126.318,20	3.127.064,50	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	378.929,37	149.780,83
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	4.126.318,20	3.127.064,50	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	119.737,58	0,00
REPASSE RECEBIDO	4.126.318,20	3.127.064,50	RP PROCESSADOS PAGOS	259.191,79	149.780,83
EXTRA-ORÇAMENTARIA	3.288.973,41	3.637.931,87	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	3.152.068,31	3.007.083,56
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	0,00	382.772,26	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	114.153,92	113.926,40
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	123.580,47	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	506.114,87	547.464,69
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	259.191,79	ISS	1.773,35	456,10
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	3.051.854,43	3.116.665,60	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	357,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	125.024,64	135.986,11	PENSÃO ALIMENTÍCIA	9.098,95	8.868,83
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	506.230,98	550.009,92	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.406.393,49	1.154.991,70
ISS	1.680,25	3.125,08	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.054.779,38	1.094.628,55
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	357,00	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	59.397,35	86.747,29
PENSÃO ALIMENTÍCIA	9.098,95	8.868,83	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	232.634,80	140.395,46
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.295.285,88	1.237.061,46	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	20.475,33	22.649,45
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.054.779,38	1.094.628,55	PAGO		
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	59.397,35	86.985,65	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	212.159,47	117.746,01
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	237.118,98	138.494,01	MATERNIDADE PAGO		
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	22.191,88	20.932,90	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	903.958,32	770.809,12
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	214.927,10	117.561,11	<u>CONTA ÚNICA</u>	751.601,52	694.693,23
			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	152.356,80	76.115,89

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



2 de 2

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PAGO			<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	770.809,12	892.580,80	TOTAL	22.527.901,41	21.577.073,43
CONTA ÚNICA	463.686,20	830.130,93			
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>307.122,92</u>	<u>62.449,87</u>			
TOTAL	22.527.901,41	21.577.073,43			

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesso em: https://eic.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Código do documento: 2827973a-e847-48ee-959c-4e6b7d3985a



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://portal.tce.pe.gov.br/portal/validaDoc.seam?Codigo=287973a-e847-489e-9590-4e6b7d3985a>

Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.
Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não



INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.341.800,68	63,66%
<u>ORDINÁRIO</u>	6.854,05	0,03%
<u>VINCULADO</u>	14.334.946,63	63,63%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	13.104.416,71	58,17%
Educação	1.230.529,92	5,46%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	4.126.318,20	18,32%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.288.973,41	14,60%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	770.809,12	3,42%
TOTAL	22.527.901,41	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 14.341.800,68, equivalente a 63,66% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 6.854,05, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17.860.310,61	79,28%
<u>ORDINÁRIO</u>	5.131.404,56	22,78%
<u>VINCULADO</u>	12.728.906,05	56,50%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	11.625.480,85	51,60%
Educação	1.103.425,20	4,90%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.763.632,48	16,71%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	903.958,32	4,01%
TOTAL	22.527.901,41	100,00%

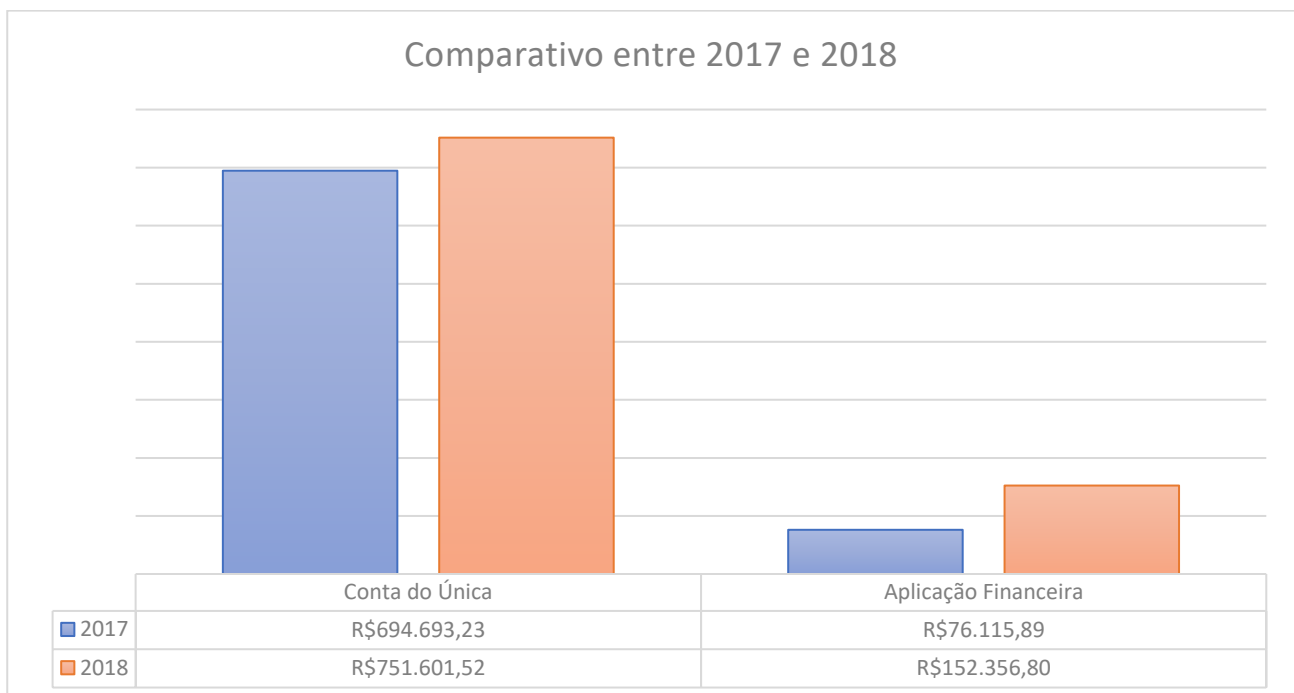


A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 17.860.310,61, equivalente a 79,28% do total, no que tange Despesas vinculadas destinadas ao Fundo Municipal de Educação de Condado.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://etce.fce.pe.gov.br/epm/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=2827973a-e847-48ee-959c-4e6b7d32385a

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	520.014,13	765.575,91	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.801.295,16	1.530.116,66
<u>ORDINÁRIO</u>	665,53	246,20	<u>ORDINÁRIO</u>	1.033.926,21	1.013.295,65
<u>VINCULADO</u>	519.348,60	765.329,71	<u>VINCULADO</u>	767.368,95	516.821,01
AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	84.245,08	0,00	AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS	65.768,27	0,00
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - FDS	18.670,61	0,00	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - FDS	4.203,50	0,00
RECURSO BPC NA ESCOLA	23,70	0,00	RECURSO DE CONVÊNIO	145,00	0,00
RECURSO DO CREAS	46.570,97	0,00	RECURSO DO CREAS	83.142,53	0,00
RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	107.914,63	0,00	RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	156.336,68	0,00
RECURSO DO IGD SUAS	746,87	0,00	RECURSO DO IGD SUAS	20.450,48	0,00
RECURSO DO SCFV	124.518,46	0,00	RECURSO DO PAIF	3.975,30	0,00
RECURSOS CRIANÇA FELIZ	90.358,98	0,00	RECURSO DO SCFV	231.145,75	0,00
RECURSOS DO CRAS	46.299,30	0,00	RECURSOS CRIANÇA FELIZ	65.418,38	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	1.014.413,02	1.024.128,73	RECURSOS DO CRAS	136.783,06	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	1.014.413,02	1.024.128,73	VINCULADO	0,00	516.821,01
REPASSE RECEBIDO	1.014.413,02	1.024.128,73	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	146.465,96	166.561,53
EXTRA-ORÇAMENTARIA	136.884,95	149.657,09	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	15.201,00	4.302,14
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	5.567,31	16.791,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	9.719,40	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	11.309,40	RP PROCESSADOS PAGOS	5.481,60	4.302,14
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	5.567,31	5.481,60	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	127.192,79	158.069,91
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	127.245,47	128.676,67	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	74.253,35	56.198,17
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	77.988,42	57.391,67	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	13.163,87	44.817,38
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	11.358,68	14.656,64	ISS	7.671,63	6.566,06
ISS	4.840,43	6.286,90	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	4.852,75	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	5.806,75	0,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.506,86	2.004,23
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.506,86	2.004,23	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	8.260,01	19.154,02
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	8.260,01	19.154,02	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.797,44	26.584,50
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.797,44	26.584,50	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	686,88	2.745,61
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	686,88	2.598,71	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	4.072,17	4.189,42
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	4.072,17	4.189,42	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	4.072,17	4.189,42
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	4.072,17	4.189,42	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	231.432,98	507.882,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	507.882,00	265.198,46	<u>CONTA ÚNICA</u>	231.432,98	448.172,38
<u>CONTA ÚNICA</u>	507.882,00	265.198,46	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	0,00	59.709,62
TOTAL	2.179.194,10	2.204.560,19			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

Exercício de 2018



2 de 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			TOTAL	2.179.194,10	2.204.560,19

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesso em: <https://eic.ceiice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2827973a-e847-48ee-959c-4e6b7d3985a

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área Assistência Social Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 690/1997, o Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrita sobre o CNPJ 12.804.634/0001-86, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública do referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;





Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa





Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://recep.pe.gov.br/epd/validarDocumentoCadastrado>
O ID do documento: 82783384748e959c9e6b7d3985a

ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2017, processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:





INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	520.014,13	23,86%
<u>ORDINÁRIO</u>	665,53	0,03%
<u>VINCULADO</u>	519.348,60	23,83%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	519.348,60	23,83%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	1.014.413,02	46,55%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	136.884,95	6,28%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	507.882,00	23,31%
TOTAL	2.179.194,10	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 520.014,13, equivalente a 23,86% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 665,53, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.801.295,16	82,66%
<u>ORDINÁRIO</u>	1.033.926,21	47,45%
<u>VINCULADO</u>	767.368,95	35,21%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	767.368,95	35,21%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	146.465,96	6,72%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	231.432,98	10,62%
TOTAL	2.179.194,10	100,00%

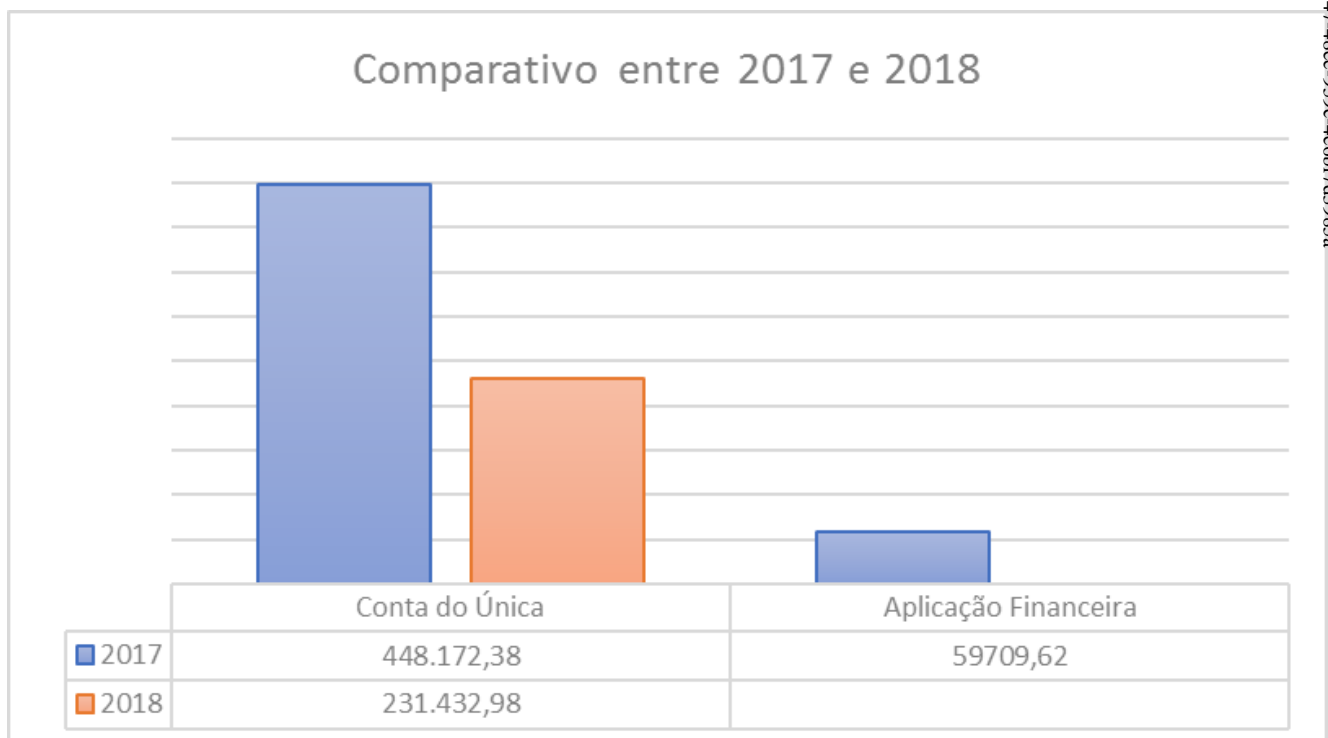


A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 1.801.295,16, equivalente a 82,66% do total, no que tange Despesas vinculadas destinadas ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:





DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 de 1

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	44,41	59,12	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	349.013,76	200.485,10
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>44,41</u>	<u>59,12</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>349.013,76</u>	<u>200.485,10</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	391.649,06	182.971,26	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	47.922,90	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>391.649,06</u>	<u>182.971,26</u>	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>12.321,98</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO	391.649,06	182.971,26	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	10.295,00	0,00
EXTRA-ORÇAMENTARIA	9.890,20	16.660,19	RP PROCESSADOS PAGOS	2.026,98	0,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>6.700,00</u>	<u>12.321,98</u>	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>35.600,92</u>	<u>0,00</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	10.295,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	11.368,60	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	6.700,00	2.026,98	ISS	24.232,32	0,00
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>3.190,20</u>	<u>4.338,21</u>	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	4.830,62	183,61
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.670,35	2.735,43	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	535,95	679,14	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>4.830,62</u>	<u>183,61</u>
ISS	983,90	923,64	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	183,61	978,14	TOTAL	401.767,28	200.668,71
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>183,61</u>	<u>636,35</u>			
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>0,00</u>	<u>341,79</u>			
TOTAL	401.767,28	200.668,71			

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://etce.tce.pe.gov.br/epm/validaDocumento.aspx?Codigo do documento: 2827973a-e847-48ee-959c-4e6b7d3985a

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Cultura de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área Cultura Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 950/2013, o Fundo Municipal de Cultura surgiu inscrita sobre o CNPJ 20.098.138/0001-82, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;





Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://portal.tce.pe.gov.br/portal/validaDoc.seam?Codigo=287973a-e847-489e-9550-4e6b7d3985a>

Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.
Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não





pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

CrITÉRIOS de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:

Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2017, processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

CrITÉRIOS de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento das consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:



INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	44,41	0,01%
<u>ORDINÁRIO</u>	44,41	0,01%
<u>VINCULADO</u>	0,00	0,00%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	391.649,06	97,48%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	9.890,20	2,46%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	183,61	0,05%
TOTAL	401.767,28	100,00%

A receita orçamentária totalizou R\$ 44,41, equivalente a 0,01% do total, sendo a Receita Ordinária somou R\$ 44,41, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	349.013,76	86,87%
<u>ORDINÁRIO</u>	349.013,76	86,87%
<u>VINCULADO</u>	0,00	0,00%
Convênios	0,00	0,00%
Regime Próprio de Previdência Social (intra)	0,00	0,00%
Seguridade Social	0,00	0,00%
FUNDEB	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	0,00	0,00%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	47.922,90	11,93%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.830,62	1,20%
TOTAL	401.767,28	100,00%





A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 349.013,76, equivalente a 86,87% do total, no que tange Despesas vinculadas destinadas ao Fundo Municipal de Cultura.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro conforme segue:





DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4

